Docusign Envelope ID: 364B74E5-C802-4046-9620-A45131426223

CloudWalk Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ 05.503.849/0001-00

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração: Senhores, Em cumprimento às disposições legais, apresentamos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CloudWalk Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A.-"Companhia" ou "CloudWalk Financeira"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Mensagem da Administração:** A Companhia foi adquirida pela CloudWalk Instituição de Pagamento e Serviços Ltda ("CloudWalk IP"), com o propósito de ampliar o acesso ao crédito para pequenos e médios empreendedores, por meio de soluções 100% digitais. A iniciativa se apoia nas sinergias com a CloudWalk IP e demais ativos estratégicos do grupo, potencializando a oferta de produtos financeiros com agilidade, segurança e inovação. A autorização da transferência de controle societário foi concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 8 de maio de 2025. **Carteira de crédito e transações de pagamento:** Em seu primeiro exercício completo de operações de crédito integrando o Conglomerado Prudencial da CloudWalk - iniciadas após a autorização do BACEN em maio de 2025 -, a Companhia encerrou o período com uma carteira bruta de R$ 688.507 mil. Este montante é composto por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e direitos creditórios provenientes de transações de pagamento adquiridas. A carteira está distribuída em três principais perfis de exposição: a carteira C2, com saldo bruto de R$ 1.974 mil (0,3% do total); a carteira C3, com R$ 581.887 mil (84,5% do total); e a carteira C5, com R$ 104.646 mil (15,2%). A aceleração da originação ao longo do ano reflete-se na evolução das receitas de intermediação financeira, que saltaram de R$ 7.534 mil no primeiro semestre - período de estruturação das operações - para R$ 211.846 mil no segundo semestre, totalizando uma receita de R$ 219.380 mil no exercício. **Destinação de lucros:** A Companhia optou por não distribuir lucros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, preservando a flexibilidade estratégica para capitalizar oportunidades futuras e reforçar nossa liderança em inovação. Em seguida, destacamos os principais números das demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais): Ativos totais - 656.719; Passivos totais - 591.563; Patrimônio líquido - 65.156; Lucro líquido do exercício - 39.288.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	**3**	**48.614**
Instrumentos financeiros	**4**	**548.984**
Títulos e valores mobiliários		368
Transações de pagamentos adquiridas		1.974
Operações de crédito		686.533
(-) Provisão para perdas esperadas com operações de crédito		(139.891)
Outros créditos		**59.121**
Ativos fiscais diferidos	5	52.964
Outros créditos diversos		6.157
Total do ativo		**656.719**
Passivo		
Depósitos a prazo	**6**	**559.759**
Outras obrigações		**31.804**
Obrigações tributárias	7	31.792
Outras obrigações diversas		12
Patrimônio líquido		**65.156**
Capital social	9.a	27.500
Reservas de lucros	9.b	37.656
Total do passivo e patrimônio líquido		**656.719**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado, exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2025 2º semestre	2025 Exercício
Receita com operações de crédito	10	211.791	217.098
Receitas financeiras	11	44	2.008
Receita líquida com transações de pagamento adquiridas		11	274
Receitas de intermediação financeira		**211.846**	**219.380**
Despesas de captação	12	(5.276)	(8.253)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4	(138.800)	(139.866)
Despesas de intermediação financeira		**(144.076)**	**(148.119)**
Lucro bruto		**67.770**	**71.261**
Despesas administrativas	13	(487)	(2.716)
Outras receitas/(despesas) operacionais	14	(25)	556
Resultado operacional		**67.258**	**69.101**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**67.258**	**69.101**
Imposto de renda e contribuição social corrente	5	(67.913)	(67.913)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5	41.026	38.100
Lucro líquido do período		**40.371**	**39.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

	2025 2º semestre	2025 Exercício
Lucro líquido do período	**40.371**	**39.288**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**40.371**	**39.288**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**27.500**	**493**	**(2.125)**	**25.868**
Lucro líquido do exercício		-	-	39.288	39.288
Destinações do lucro líquido:					
Reserva Legal	9.b	-	1.858	(1.858)	-
Reserva de Investimentos	9.b	-	35.305	(35.305)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**27.500**	**37.656**	**-**	**65.156**
Saldos em 30 de junho de 2025		**27.500**	**493**	**(3.208)**	**24.785**
Lucro líquido do semestre		-	-	40.371	40.371
Destinações do lucro líquido:					
Reserva Legal	9.b	-	1.858	(1.858)	-
Reserva de Investimentos	9.b	-	35.305	(35.305)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**27.500**	**37.656**	**-**	**65.156**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025 2º semestre	2025 Exercício
Lucro líquido do período		40.371	39.288
Ajustes ao lucro líquido:		**97.561**	**101.958**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4	138.800	139.866
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	(41.026)	(38.100)
Depreciação e amortização	13	-	118
Reversões de outras provisões		(213)	(514)
Baixa de ativo imobilizado e intangível		-	588
Variação dos ativos e passivos		**(104.875)**	**(93.035)**
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	57.526
Títulos e valores mobiliários		5.225	1.100
Transações de pagamentos adquiridas		(1.133)	8.948
Operações de crédito		(664.136)	(686.533)
Outros créditos		(4.910)	(5.976)
Depósitos a prazo		528.407	500.337
Obrigações tributárias		73.205	73.321
Outras obrigações diversas		80	(145)
Impostos pagos sobre o lucro		(41.613)	(41.613)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**33.057**	**48.211**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**33.057**	**48.211**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		15.557	403
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	48.614	48.614
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		**33.057**	**48.211**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A CloudWalk Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (anteriormente denominada SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - "CloudWalk Financeira" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimento permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à Companhia. A Companhia é controlada pela CloudWalk IP, uma sociedade limitada nacional que detém 100% das ações da Companhia, tendo sido adquirida de seus controladores anteriores em julho de 2024, ainda sob a denominação SF3 Crédito, Financiamento e Investimento S.A., conforme Assembleia Geral Extraordinária de 31 de maio de 2024. A CloudWalk IP, sediada em São Paulo/SP, atua na prestação de serviços de captura, processamento e liquidação de transações de cartões e outros meios eletrônicos de pagamento. Com tecnologia própria, possui credenciamento direto com as bandeiras Visa, Mastercard, Elo, Hiper e Amex desde 2020. Além da adquirência, a CloudWalk IP atua como correspondente bancário, emissora de cartões, emissora de moeda eletrônica sendo participante direta do Pix e iniciadora de transações de pagamento. A autorização do BACEN para o funcionamento da CloudWalk Financeira foi publicada no Comunicado nº 43.276, do Departamento de Organização do Sistema Financeiro, é datada de 5 de junho de 2025. A aprovação está vinculada ao Processo nº 271177, com despacho realizado em 8 de maio de 2025. Desde a autorização para funcionamento, a Companhia passou a estruturar seus processos internos, sistemas e políticas operacionais em conformidade com as exigências regulatórias do BACEN, incluindo os pilares de governança, controles internos, gestão de riscos e compliance. A Companhia encontra-se em fase de consolidação de sua estrutura de crédito, com foco na implementação de produtos financeiros alinhados ao seu objeto social e à estratégia integrada do grupo CloudWalk. Essa integração objetiva aproveitar sinergias entre a operação da CloudWalk IP e a atividade de crédito da Companhia, permitindo maior eficiência na originação, análise e concessão de crédito, com uso intensivo de tecnologia proprietária. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** A Companhia declara que as suas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o princípio da continuidade e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como "BACEN GAAP". A Companhia está comprometida em manter altos padrões de governança corporativa e transparência em sua comunicação financeira. As demonstrações financeiras são preparadas com base em práticas contábeis estabelecidas e seguem as normas e regulamentações aplicáveis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da CloudWalk em 31 de março de 2026. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras são preparadas com base no regime de competência, que reconhece os efeitos das transações e outros eventos nos períodos em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento. A base de mensuração predominante é o custo histórico, ajustado por depreciação, amortização e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Todavia, determinados ativos e passivos financeiros são mensurados pelo seu valor justo, conforme exigido pelas normas contábeis vigentes, para fornecer informações mais relevantes sobre a situação financeira e o desempenho da Companhia. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal em que a Companhia opera, refletindo a moeda em que os negócios são realizados e as operações financeiras são conduzidas. Já a moeda de apresentação é a moeda na qual as demonstrações financeiras são apresentadas. A Companhia adota o Real (BRL) como sua moeda funcional e de apresentação. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A Administração da Companhia realiza estimativas e julgamentos em relação a diversas áreas das demonstrações financeiras, incluindo caixa e equivalentes de caixa, avaliação de provisões, ativos e passivos contingentes e valor justo de instrumentos financeiros. Essas estimativas e julgamentos são baseados em informações disponíveis no momento da elaboração das demonstrações financeiras e podem ser influenciados por fatores externos, como mudanças no ambiente econômico, fiscal ou regulatório. É importante ressaltar que, devido à natureza inerentemente incerta das estimativas e julgamentos, os resultados reais podem diferir das estimativas originais e ajustes podem ser necessários nos períodos subsequentes. A Companhia revisa regularmente suas estimativas e julgamentos, e quaisquer ajustes necessários são registrados no período em que são identificados. Além disso, a Companhia considera as informações disponíveis sobre eventos subsequentes até a data de divulgação das demonstrações financeiras e, se relevante, ajusta as estimativas e julgamentos em conformidade. A Companhia também divulga informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, bem como sobre incertezas associadas a estimativas significativas que possam afetar o valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro. **2.5. Descrição das principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, são incluídos em caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades em moeda nacional, as aplicações em operações compromissadas e outras aplicações que possuem alta liquidez, desde que não vinculadas a saldos em contas pré-pagas, que são prontamente conversíveis em caixa e não apresentam risco significativo de mudança do seu valor justo. **b) Instrumentos financeiros:** *I. Classificação dos instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos somente por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos somente por pagamentos de principal e juros; e • Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não somente principal e juros. A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - "Teste SPPJ"). Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; • como os gestores do negócio são remunerados; • e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. A Companhia avalia se os fluxos de caixa contratuais de seus ativos financeiros se constituem exclusivamente em pagamento de principal e juros, por meio do Teste SPPJ. A aprovação no teste depende das características e termos contratuais do ativo. Caso os fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, o ativo não passa no teste e, independentemente do modelo de negócio, sua mensuração é restrita à categoria de VJR. A aprovação no teste depende das características e termos contratuais do ativo. Caso os fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, o ativo não passa no teste e, independentemente do modelo de negócio, sua mensuração é restrita à categoria de VJR. A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao VJORA e/ou VJR no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía títulos classificados na categoria VJORA. *II. Mensuração dos instrumentos financeiros:* A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: • Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos nas rubricas do grupo de "Receitas de intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas nas rubricas do grupo de "Despesas de intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato. • Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquida do efeito dos impostos, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do período nas rubricas do grupo de "Receitas de intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros. • Ao valor justo no resultado: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado. *III. Valor justo e hierarquia do valor justo:* O valor justo representa o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A determinação desse valor exige que a Administração utilize julgamentos e premissas críticas para estimar valores de saída, especialmente na ausência de mercados ativos. Essas premissas incluem a seleção de taxas de desconto que reflitam curvas de juros e prêmios de risco adequados, projeções de fluxos de caixa baseadas em expectativas de recebimento e taxas de inadimplência, além de ajustes para volatilidade e risco de crédito da contraparte. O principal julgamento para a classificação dos instrumentos reside na observabilidade dos dados de entrada (inputs): enquanto o Nível 2 se baseia em dados derivados de fontes externas e líquidas, o Nível 3 é utilizado quando os dados de mercado são inexistentes ou inativos, exigindo o uso de modelos proprietários e dados internos significativos para a mensuração. Os instrumentos financeiros são classificados segundo a hierarquia de valor justo: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais a entidade possa ter acesso na data da mensuração. • Nível 2: Dados observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1 (ex: curvas de juros, taxas de câmbio e preços de ativos similares). • Nível 3: Dados não observáveis no mercado, derivados de premissas e modelos internos de avaliação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados. *IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros:* A Companhia não reclassificou seus instrumentos financeiros no exercício apresentado. V. Baixa dos instrumentos financeiros Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Administração não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos e os títulos só são definitivamente baixados quando exauridos todos os procedimentos de cobrança sem êxito, mediante aprovação da Administração. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. *VI. Método de taxa efetiva de juros:* As receitas e os encargos de instrumentos financeiros são apropriados ao resultado pelo regime de competência utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Esta taxa equaliza o valor presente dos fluxos de caixa futuros ao valor contábil bruto do instrumento no reconhecimento inicial. A taxa efetiva reflete a taxa contratual acrescida dos custos de transação, comissões, descontos ou prêmios que possam ser apurados individualmente. A Companhia optou pela metodologia diferenciada proporcional (conforme facultado pelo art. 75 da referida Resolução BCB nº 352/23) para o reconhecimento desses componentes em operações classificadas na categoria de custo amortizado, garantindo a apropriação linear dos custos e receitas incrementais ao longo do prazo da operação. *VII. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:* A Companhia constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos classificados na rubrica "Operações de crédito". Por estar integrada em um conglomerado prudencial do Segmento 4 ("S4"), a Companhia adota a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB 352/2023. Nessa metodologia, a mensuração observa os percentuais regulatórios aplicáveis sobre o valor contábil bruto dos ativos, consideradas a carteira e a faixa de atraso. A segregação entre provisão para perdas esperadas, provisão adicional e provisão para perdas incorridas observa os critérios estabelecidos no art. 78 da Resolução BCB 352/2023 e nos Anexos I e II da referida norma. A metodologia empregada segue abordagem simplificada de cálculo e apuração, cuja aplicabilidade varia de acordo com a natureza do produto, sendo que atualmente a Companhia possui operações nas carteiras C2, C3 e C5. As eventuais diferenças que resultam em maiores níveis de provisionamento decorrem do reconhecimento de provisões adicionais, fundamentadas na análise histórica de desempenho das carteiras e em avaliações qualitativas específicas de cada produto. As provisões são constituídas a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso realizadas com os clientes. Para o cálculo e constituição das devidas provisões, são considerados os seguintes fatores: (i) saldo em aberto do instrumento, registrado na contabilidade, com as devidas mensurações e apropriações subsequentes; (ii) valor recuperável, caso existam fatores que reduzam o valor originalmente registrado, ou atualizado por mensurações subsequentes; e (iii) percentuais de provisão aplicáveis conforme os Anexos I e II da Resolução BCB nº 352/23, determinados em função da faixa de atraso e da natureza do produto. É importante ressaltar que a análise de contas a receber de operações de crédito em atraso é realizada mensalmente para evitar perdas futuras e garantir a saúde financeira da Companhia. Os valores são compensados de acordo com a agenda financeira dos clientes ou por métodos alternativos de cobranças (por exemplo, boleto bancário ou pix) e, caso não haja êxito pelos métodos de cobranças acima, a Companhia assume a perda destes valores. Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros: • Ativos financeiros não problemáticos: são os ativos que não apresentam risco significativo de crédito desde o reconhecimento inicial. Nessa categoria, os instrumentos financeiros são considerados adimplentes e de risco controlado, com alta expectativa de recuperação. • Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: engloba os ativos que apresentam sinais de deterioração do risco de crédito, mas ainda não estão inadimplidos. Essa categoria abrange recebíveis com atrasos de até 90 dias. Nessa categoria são incluídos também os ativos financeiros anteriormente classificados com problemas de recuperação de crédito, mas que estejam em processo de cura. • Ativos financeiros problemáticos inadimplidos: compreende ativos que atingiram inadimplência superior a 90 dias ou que apresentem evidências da deterioração significativa da capacidade de crédito. Nesta categoria, a probabilidade de recuperação é reduzida, e a provisão para perdas é aplicada com percentuais elevados para refletir o risco da exposição. *VIII. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito:* Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático. A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a instituição não tem mais expectativa de recuperação. A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como "cura". Para o processo de "cura", a Companhia efetua o acompanhamento do ativo quanto à tempestividade e relevância dos pagamentos, bem como quaisquer indícios que evidenciem novamente a deterioração da capacidade financeira para honrar as condições contratuais da operação. A eventual reclassificação do ativo financeiro neste processo para o grupo de ativo não problemático demanda o cumprimento das condições acima descritas e a eventual reavaliação ocorre após decorridos um mínimo de 6 meses do processo, sem novas intercorrências. *IX. Apuração das receitas e despesas:* As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos para a apropriação de rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre ativos e passivos. Esse critério inclui os efeitos dos ajustes de ativos mensurados ao valor justo ou ao seu valor realizável líquido. As receitas financeiras abrangem receita de antecipação de transações de pagamento, rendimentos de aplicações financeiras e de operações compromissadas, receita de valorização de títulos de crédito e demais receitas financeiras. **c) Imposto de renda e Contribuição social:** A Companhia apura o Imposto de renda e Contribuição social seguindo a legislação e alíquotas vigentes, tendo optado pelo regime de Lucro Real para os impostos correntes e apurando impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de anos anteriores, bem como de diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas de operações de crédito e de provisão para contingências cíveis, como detalhado na Nota 5. A apuração bem como as contabilizações foram realizadas utilizando-se as alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil (anualmente) para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. Despesas de Imposto de renda e Contribuição social correntes A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d) Normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:** Em 2023, foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, para 1° de janeiro de 2027. A Companhia vem avaliando a aplicação das referidas normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas. **e) Normas emitidas pelo BACEN aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resoluções CMN 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. *Resoluções CMN 4.966/21:* Introduziu mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). A Companhia optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referentes aos períodos do ano de 2025. *Resolução CMN 4.975/21:* Introduziu mudanças significativas nas normas contábeis para operações de arrendamento mercantil, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 16 (CPC 06). A adoção da norma foi prospectiva, e a Companhia não detectou impactos relevantes em 1º de janeiro de 2025. **Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025:** Não houve ajustes decorrentes de mensuração, uma vez que as operações da carteira de operações de crédito se iniciaram durante o exercício, e as aplicações interfinanceiras de liquidez, os títulos e valores mobiliários e os depósitos a prazo são classificados em custo amortizado. Os quadros abaixo apresentam os ativos financeiros e passivos financeiros classificados de acordo com as normas vigentes até 31/12/2024 e as novas categorias de mensuração de acordo a Resolução CMN 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Depósitos interfinanceiros	Valor justo	57.526	-	57.526	Ativo financeiro ao custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Cotas de Fundos	Valor justo	1.468	-	1.468	Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado
Relações interfinanceiras Outros créditos	Relações interfinanceiras	Relações interfinanceiras/ Custo Amortizado	-	10.946	10.946	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	(25)	(25)	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
	Valores A Receber Relativos A Transações De Pagamento	Outros créditos/ Custo Amortizado	10.946	(10.946)	-	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(25)	25	-	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
		Total ativo financeiro	**69.915**	**-**	**69.915**	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos	Depósitos a prazo	Depósitos/ Custo amortizado	56.861	-	56.861	Passivo financeiro ao custo amortizado
Recursos de aceites cambiais	Letras de câmbio	Recursos de aceites cambiais/ Custo amortizado	2.561	-	2.561	Passivo financeiro ao custo amortizado
		Total passivo financeiro	**59.422**	**-**	**59.422**	

3. Caixa e equivalentes de caixa: Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados.

	31/12/2025
Disponibilidades	48.614
Total	48.614

4. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2025
Ativos financeiros ao Custo Amortizado ("CA")	
Transações de pagamento adquiridas	1.974
Operações de crédito (CCBs)	686.533
	688.507
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR")	
Títulos e valores mobiliários (i)	368
	368
Total	**688.875**

(i) Composto por cotas de fundos de investimento em DI (Depósitos interbancários); Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, foram registradas o seguinte montante de perdas esperadas:

31/12/2025	Valor bruto contábil	(-) Provisão para perdas esperadas com operações de crédito	Valor contábil líquido
Transações de pagamento adquiridas	1.974	-	1.974
CCBs	686.533	(139.891)	546.642
Total	**688.507**	**(139.891)**	**548.616**

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado, geraram receita líquida de juros no montante de R$ 217.098 em operações de crédito e R$ 274 em transações de pagamento adquiridas, e despesa com provisão para perdas esperadas no montante de R$ (139.866). Tais saldos estão apresentados em "Receitas da intermediação financeira" e "Despesas da intermediação financeira", na demonstração do resultado. **(i) Composição das operações de crédito (CCBs) e transações de pagamento adquiridas, por carteira, situação e faixa de vencimento:**

Ativos não problemáticos	C2	C3	C5	Total saldo % sobre	contábil bruto Total geral
Sem atraso	1.974	338.376	50.416	390.766	56,8%
Total	**1.974**	**338.376**	**50.416**	**390.766**	**56,8%**
Ativos problemáticos não inadimplidos					
Sem atraso	-	146.202	19.015	165.217	24,0%
Até 14 dias de atraso	-	32.610	6.085	38.695	5,6%
De 15 a 30 dias de atraso	-	25.389	5.599	30.988	4,5%
De 31 a 60 dias de atraso	-	16.292	13.251	29.543	4,3%
De 61 a 90 dias de atraso	-	10.235	6.708	16.943	2,5%
Total	**-**	**230.728**	**50.658**	**281.386**	**40,9%**
Ativos problemáticos inadimplidos					
De 91 a 120 dias de atraso	-	5.720	1.823	7.543	1,1%
De 121 a 150 dias de atraso	-	2.129	863	2.992	0,4%
De 151 a 180 dias de atraso	-	2.328	734	3.062	0,4%
De 181 a 210 dias de atraso	-	887	127	1.014	0,1%
De 211 a 240 dias de atraso	-	439	8	447	0,1%
De 241 a 270 dias de atraso	-	348	17	365	0,1%
De 271 a 300 dias de atraso	-	391	-	391	0,1%
De 301 a 330 dias de atraso	-	293	-	293	0,0%
De 331 a 360 dias de atraso	-	248	-	248	0,0%
Total	**-**	**12.783**	**3.572**	**16.355**	**2,4%**
Total	**1.974**	**581.887**	**104.646**	**688.507**	**100,0%**

(ii) Concentração das operações:	31/12/2025
Dez maiores devedores	4.987
Cinquenta seguintes maiores devedores	7.157
Cem seguintes maiores devedores	10.175
Demais clientes	666.188
Total	**688.507**

(iii) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais	Total Perda Esperada Res BCB 352	Perda esperada política interna	Total Perda Esperada carteira
									31/12/2025
C2	Ativos não problemáticos	1.974	-	1.974	-	-	-	-	-
	Total carteira C2	**1.974**	**-**	**1.974**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
C3	Ativos não problemáticos	338.376	-	338.376	-	(2.473)	(2.473)	(24.311)	(26.784)
	Ativos problemáticos não inadimplidos	146.202	84.526	230.728	(82.780)	(414)	(83.194)	(4.602)	(87.796)
	Ativos problemáticos inadimplidos	-	12.783	12.783	(2.466)	(881)	(3.347)	(190)	(3.537)
	Total carteira C3	**484.578**	**97.309**	**581.887**	**(85.246)**	**(3.768)**	**(89.014)**	**(29.103)**	**(118.117)**
C5	Ativos não problemáticos	50.416	-	50.416	-	(354)	(354)	(4.312)	(4.666)
	Ativos problemáticos não inadimplidos	19.015	31.643	50.658	(14.259)	(143)	(14.402)	(2.198)	(16.600)
	Ativos problemáticos inadimplidos	-	3.572	3.572	(396)	(86)	(482)	(26)	(508)
	Total carteira C5	**69.431**	**35.215**	**104.646**	**(14.655)**	**(583)**	**(15.238)**	**(6.536)**	**(21.774)**
	Total geral da carteira	**555.983**	**132.524**	**688.507**	**(99.901)**	**(4.351)**	**(104.252)**	**(35.639)**	**(139.891)**

(iv) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2025
Saldo no início do exercício	**(25)**
Constituição da provisão para perdas esperadas no exercício	(187.919)
Reversão da provisão para perdas esperadas no exercício	48.053
Saldo no final do exercício	**(139.891)**

Os ativos financeiros da Companhia são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor. No decorrer de 2025, não ocorreram baixas, reestruturações e recuperações de créditos baixados como prejuízo. **Aquisição de carteira de títulos de crédito:** Em 30 de novembro de 2025, a Companhia concluiu a compra de uma carteira de títulos de crédito de sua controladora CloudWalk IP pelo montante de R$ 23.122. A operação ocorreu em condições de mercado e sem coobrigação, com a transferência substancial de riscos e benefícios, resultando na baixa integral dos ativos na cedente. Eventuais valores recebidos pela CloudWalk IP após a cessão serão integralmente repassados à Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a ser repassado pela cedente totaliza R$ 6.149, registrado na rubrica "Outros créditos diversos". **5. Ativos fiscais diferidos: a. Demonstrativo do cálculo dos valores de Imposto de renda e Contribuição social:** A base de cálculo do Imposto de renda e da Contribuição social é demonstrada conforme segue:

	31/12/2025
Resultado antes do Imposto de renda e da Contribuição social	**69.101**
Adição de provisões para crédito de liquidação duvidosa	139.892
Baixa de base anterior de perdas de crédito por endosso	(8.705)
Outras diferenças permanentes líquidas	(8.011)
Ajuste no prejuízo fiscal/base negativa anterior	(22.433)
Base de impostos ajustada do período	**169.844**
Alíquotas vigentes-%	40%
Imposto de renda e Contribuição social correntes	**(67.913)**
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	38.100

b. Saldos e movimentação de impostos diferidos:

	Saldos em 31/12/2024	Movimentação (Resultado)	Saldos em 31/12/2025
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (ano corrente)	-	52.964	52.964
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (anos anteriores)	9.202	(9.202)	-
Prejuízo/base negativa anos anteriores	5.425	(5.425)	-
Provisão para contingências	203	(203)	-
Outras diferenças temporárias	34	(34)	-
Ativos fiscais diferidos	**14.864**	**38.100**	**52.964**

c. Estudo de utilização dos ativos fiscais diferidos: A Companhia atualizou o estudo de utilização do saldo dos ativos fiscais diferidos originados do estoque de diferenças, com os seguintes prazos e valores esperados: • Utilização até dezembro de 2026 • Valor presente pela taxa de custo de captação médio: R$ 49.142 **6. Depósitos:** O grupo de depósitos é constituído pelo saldo em depósitos a prazo emitidos pela Companhia.

	31/12/2025
Passivos financeiros a custo amortizado	
Depósito a prazo	559.759
Total	**559.759**

As despesas com captação sobre os depósitos a prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram R$ (8.253) registradas na rubrica "Despesas de intermediação financeira - Despesas de captação" na Demonstração do resultado. **a. Distribuição por faixa de vencimento dos depósitos a prazo:**

	31/12/2025
Passivos financeiros a custo amortizado	
Com vencimento até 360 dias	186.395
Com vencimento entre 361 até 720 dias	373.364
Total	**559.759**

7. Obrigações tributárias:	31/12/2025
Impostos sobre o lucro	26.300
PIS e COFINS a recolher	3.538
IOF sobre operações de crédito	1.933
Outras obrigações tributárias	21
Total	**31.792**

8. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldos constituídos de provisão para contingências judiciais classificadas como de perda provável. Os dispêndios relativos a acordos, condenações, custas e honorários de processos referentes a operações de crédito originadas anteriormente à aquisição pela CloudWalk IP são integralmente regidos pelos termos do contrato de compra da Companhia, não restando saldos remanescentes a provisionar nesta data. **9. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 27.500 representado por 27.500.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Reservas de lucros:** Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que determina ao fim de cada exercício social a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja 20% do capital social. O saldo não destinado à Reserva Legal e a dividendos poderá ser destinado à Reserva de Investimentos, mediante proposta da Administração. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total da Reserva Legal é de R$ 2.351 e o da Reserva de Investimentos é de R$ 35.305. **10. Receita de operações de crédito:**

	2025 2º semestre	2025 Exercício
Receita bruta de operações de crédito	221.871	227.413
(-) Impostos sobre receita de operações de crédito	(10.080)	(10.315)
Total	**211.791**	**217.098**

11. Receitas financeiras:

	2025 2º semestre	2025 Exercício
Fundos de renda fixa	44	1.958
Depósitos interfinanceiros	-	50
Total	**44**	**2.008**

12. Despesas de captação:

	2025 2º semestre	2025 Exercício
Despesas de juros de depósitos a prazo	(5.159)	(8.036)
Despesas de contribuição ao FGC	(117)	(139)
Despesas de aceites cambiais	-	(78)
Total	**(5.276)**	**(8.253)**

13. Despesas administrativas:

	2025 2º semestre	2025 Exercício
Serviços de terceiros	(155)	(1.003)
Processamento de dados	(164)	(663)
Serviços técnicos especializados (i)	(136)	(475)
Acordos judiciais, condenações e custas	(93)	(252)
Depreciações e amortizações	-	(118)
Outras despesas administrativas	61	(205)
Total	**(487)**	**(2.716)**

(i) Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2025 são de R$ 162. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Companhia.

14. Outras receitas/(despesas) operacionais:

	2025 2º semestre	2025 Exercício
Reversão de contingências	67	368
Outras (reversões)/provisões	(92)	146
Outras receitas operacionais	-	42
Total	**(25)**	**556**

15. Gerenciamento de riscos: A Companhia faz parte de Conglomerado Prudencial (composto pela CloudWalk IP, CloudWalk Financeira e FIDCs) e realiza o gerenciamento de riscos de forma integrada e centralizada, considerando a estrutura do conglomerado e as operações realizadas, com base nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e BCB nº 265/22. Além disso, o conglomerado adota sistemas de controles internos para monitorar o cumprimento dos processos operacionais e financeiros. O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis. Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva. • **Risco de crédito:** O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Companhia aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência). • **Risco de mercado e risco de liquidez:** A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Companhia. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez. **Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Hierarquia de mensuração do valor justo:** O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo, em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo: • Instrumentos financeiros - Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. • Instrumentos financeiros - Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2. • Instrumentos financeiros - Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3. Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas práticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo	**48.982**	**48.614**	**368**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa	**48.614**	**48.614**	**-**	**-**
Disponibilidades	48.614	48.614	-	-
Instrumentos financeiros	368	-	368	-
Títulos e valores mobiliários	**368**	**-**	**368**	**-**

Vencimentos e indexadores dos passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são depósitos a prazo, predominantemente Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com somente três operações ativas de Recibos de Depósitos Bancários (RDBs), sendo aproximadamente 99% do saldo total em 31 de dezembro de 2025 indexado à taxa DI, e vencimentos até agosto de 2027, com duration de 11,4 meses. Esta nota visa avaliar o impacto que variações na taxa de juros poderiam ter sobre estes passivos financeiros da Companhia, considerando a exposição destes instrumentos. A análise é realizada em conformidade com as melhores práticas de gestão de risco financeiro, visando garantir a resiliência da instituição em diferentes cenários econômicos. **Análise de sensibilidade de variação na taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da CloudWalk. Neste modelo é mensurado o impacto no resultado de intermediação financeira em cenários de aumento e redução na curva de juros em 400 pontos base. Na data-base destas demonstrações financeiras, para um cenário de alta de juros é esperada uma perda de R$ (1.294) no resultado de intermediação financeira do Conglomerado Prudencial em um horizonte de um ano. • **Risco operacional:** O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos da Companhia. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos. • **Risco de capital:** O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pela Companhia com objetivo de: • Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Companhia está sujeita; • Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia; • Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital da Companhia. **Limite Operacional (Acordo de Basileia):** De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição financeira, a CloudWalk Financeira, liderada pela CloudWalk Instituição de Pagamento e Serviços Ltda, é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3. Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao conglomerado, são apresentados a seguir:

Risco associado a serviços de pagamento - RWAsp	2.379.049
Risco operacional - RWAopad	1.625.193
Risco de crédito - RWAcpad	1.359.210
Risco de mercado - RWAmpad	47.272
Total RWA	**5.410.724**
Patrimônio de Referência (PR)	**1.745.997**
Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	32,3%

(i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em dezembro de 2025 equivale a 10,5%. **16. Resultado não recorrente:** Conforme estipulado na Resolução BCB nº 2/20, é necessário categorizar como resultado não usual aquele que não possui ligação direta ou esteja relacionado de maneira acidental com as atividades usuais da Companhia e que não esteja planejado para ocorrer frequentemente nos próximos períodos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não se registrou nenhum resultado classificado como não recorrente. **17. Eventos subsequentes: Reforma Tributária:** Em 16 de janeiro de 2025, foi promulgada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o Consumo (EC nº 132/2023). A norma institui o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo (IS). Companhia acompanha a publicação de normas complementares pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor. Até o momento, não é possível estimar com precisão os impactos financeiros decorrentes destas alterações no modelo de negócio.

Diretoria

Marcelo Bastianello Baldin - Diretor

Márcio José Ferreira - Contador-CRC: 2SP036677/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Acionista e Administradores da **CloudWalk Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da CloudWalk Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da CloudWalk Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase-Apresentação de saldos comparativos:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.5 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada à esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-014428/O-6

Jonas Moreira Salles - Contador CRC 1SP- 295315/O-4

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 01/04/2026 20:49:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PJ A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*